SEGUNDA | 18 DE SETEMBRO DE 2017 | TERESINA - PIAUÍ | ANO 29 - Nº 11.201 | R$ 2,00 - OUTROS ESTADOS R$ 3,50

DIÁRIO
DO POVO DO PIAUÍ

TCE COM SAÚDE

Depois de investigar o processo da PPP da subconcessão da Agespisa, agora o Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) vai apurar denúncias de irregularidades em uma licitação da Secretaria Estadual de Saúde. O endereço é a construção do Centro de Referência Médica de Picos. A obra é no valor de R$ 300 milhões.

CONVITE

Os vereadores de Teresina, Joaquim do Arroz (PRP) e Graça Amorim (PMB), não estão conversando no mesmo idioma. Graça Amorim é líder do prefeito na Câmara. Joaquim do Arroz, vereador de primeiro mandato, afirma que a colega não está passando as informações do prefeito para a bancada do Firmino Filho. Não convidem os dois para a mesma festa.

Coluna Marcelo Rocha. Página 5

Olavo Rebelo 1

Querendo saber.

O Tribunal de Contas do Estado apura denúncia de fraude em processo licitatório de escolha da empresa responsável pela construção do Centro de Referência Médica do município de Picos.

A obra avaliada em R$ 300 milhões.

O relator do processo é o conselheiro Luciano Nunes

Olavo Rebelo 2

Acusação.

O Tribunal de Contas do Estado vai julgar esta semana a aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental (FUNDEF) de Teresina.

O sindicato acusa o prefeito Firmino Filho (PSDB) de fazer uso irregular do dinheiro.

A conta da Prefeitura está bloqueada por ordem do Tribunal.

Coluna Magalhães. Caderno Cidades. Página 2

TERÇA 19 DE SETEMBRO DE 2017 | TERESINA - PIAUÍ | ANO 29 - Nº 11.202 | R$ 2,00 - OUTROS ESTADOS R$ 3,50

DIARIO
DO POVO DO PIAUÍ

ALERTAPRUDENCIAL

Governo extrapola LRF e suspende reajustes e concursos

O governador Wellington Dias reuniu a equipe econômica em busca de soluções porque o Estado atingiu o limite prudencial de gastos conforme as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Foi determinado ainda que não haverá reajustes salariais e os concursos estarão suspensos, além de outras medidas para corte de despesas, inclusive com pessoal.

"Tivemos uma agenda e a notícia para mim não foi boa. Tivemos uma frustração, que foi uma queda de receita por parte da União, bem acima do que tínhamos de previsão. Ainda de forma pessimista, em relação ao que tínhamos trabalhado. Embora a receita do estado tenha aumentado, a partilhada com a União caiu. E, com isso, extrapolamos o limite prudencial. Isso requer medidas, não só para não haver momentos de despesas como também para cortar despesas, especialmente na área de pessoal", informou Wellington Dias.

O governador afirmou que ainda não há risco de atraso de salários e nem do 13º. "É claro que, por enquanto, não há risco de atraso de salário. Mas é uma situação preocupante, porque a gente fica ouvindo toda hora que a economia melhorou e isso não está se refletindo nas receitas que são repassadas pela União", comentou Wellington Dias.

Os secretários de Fazenda, Rafael Fonteles, o de Planejamento, Antônio Neto, e de Administração, Franzé Silva, buscam argumentos e justificativas para justificar os relatórios que devem ser encaminhados para o Tribunal de Contas e para o Tesouro Nacional, com os resultados do quadrimestre.

"É preciso ter todo o cuidado" na elaboração da proposta que deve ser encaminhada ao TCE, para que as contas do governo sejam reorganizadas e que não seja preciso comprometer a folha de pagamento, advertiu o governador. (LC)

EXEMPLAR DO ASSINANTE - VENDA PROIBIDA

Líder em credibilidade

O DIA 66 anos

Teresina, Piauí, TERÇA, 19 SETEMBRO DE 2017 | R$ 2,00 | NACIONAL R$ 4,00 | ANO 66 - Nº 18.867 | Fechamento 21h | 28 páginas

"Tivemos uma frustração nas receitas", alega Governador sobre economia do Estado

Apesar de admitir que o Estado extrapolou nos gastos nos últimos meses, o Governador alegou que o fato de o governo ter chegado em seu limite prudencial se deve ao fato da queda de receitas partilhadas com a União, como o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e repatriação.

Wellington Dias (PT) discutiu o assunto em reunião ontem (18) com os gestores de governo e pediu um plano de recuperação à equipe. "Tivemos uma agenda e a notícia não foi boa. Apresentamos à equipe a necessidade de me apresentar até o final do mês um plano para que a gente possa apresentá-lo ao Tribunal de Contas do Estado (TCE)", disse.

O governador afirmou que o governo já estava trabalhando com a previsão de queda na receita partilhada com a União, mas o valor foi menor do que o esperado. "Tivemos uma frustação de receitas por parte da União no último quadrimestre bem a acima do que a gente já tinha previsto. Embora a receita do Estado tenha tido crescimento, a partilhada teve queda e, com isso, a gente voltou ao chamado limite prudencial, extrapolamos o limite prudencial", explicou.

Para Wellington Dias, o momento requer medidas não só para conter o aumento de despesas, mas também para poder controlar as despesas na área de pessoal. Mesmo com os custos, o governador negou, em curto prazo, a possibilidade de atraso na folha de pagamento. "Por enquanto não há risco de atraso, mas é uma situação preocupante porque estamos sempre ouvindo que a economia melhorou no país, mas não está sendo refletindo na receita compartilhada com os estados", pontuou.

(Ithyara Borges)

Editoria de Política. Página 3

JORNAL
meionorte
TEMPERATURA: Máxima: 38° Mínima: 22°
ANO XXII - Nº 9148 - TERESINA (PI), TERÇA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 2017
CAPITAL E INTERIOR: R$ 2,00
OUTROS ESTADOS: R$ 2,50

GASTOS COM PESSOAL

Governador fez reunião de emergência com secretários estaduais e informou que o Governo atingiu o limite prudencial de gastos com pessoal da LRF

Dias afirma que Governo atingiu novo limite da LRF

EFRÉM RIBEIRO
DE POLÍTICA

O governador Wellington Dias (PT) convocou na segunda-feira, dia 18, reunião de emergência com os secretários estaduais para discutir a situação financeira do Estado, considerada preocupante porque o limite prudencial dos gastos com pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi atingido. Wellington afirmou que ainda não há risco de atraso de salários dos servidores públicos e do 13° salário, mas admite que a situação é preocupante.

"Tivemos uma agenda e a notícia para mim não foi boa. Tivemos uma frustração, que foi uma queda de receita por parte da União, bem acima do que tínhamos de previsão ainda de forma pessimista, em relação ao que tínhamos trabalhado. Embora a receita do estado tenha aumentado, a partilhada com a União caiu e com isso extrapolamos o limite prudencial e isso requer medidas, não só para não haver momentos de despesas como também para cortar despesas, especialmente na área de pessoal", falou Dias.

JOSÉ ALVES FILHO

WELLINGTON fala sobre frustração das receitas do Estado

Wellington falou que na reunião com os secretários estaduais foram definidas ações para garantir o controle das despesas, principalmente na área de pessoal. Dias afirmou que a equipe do governo está tendo todo cuidado ao procurar medidas que possam garantir a manutenção da folha de pagamento. Ele informou que na segunda-feira aconteceu uma primeira reunião com órgãos do governo, como a Secretaria Estadual de Fazenda e da Secretaria Estadual de Planejamento, para pensarem propostas de solução que devem ser apresentadas ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) até o final do mês.

Governador contou que frustração de receitas quanto aos repasses da União foi superior a esperada pelo Governo

"É claro que por enquanto não há risco de atraso de salário, mas é uma situação preocupante, porque a gente fica ouvindo toda hora que a economia melhorou e isso não está se refletindo quanto as receitas que são repassadas pela União", falou Wellington Dias.

Dias disse que houve uma queda de receita para o Piauí que deveria ser repassada pela União, o que fez com o Estado atingisse o limite prudencial.

Falou que é preciso ter todo o cuidado na elaboração da proposta que deve ser encaminhada ao TCE, para que as contas do governo sejam reorganizadas e que não seja preciso comprometer a folha de pagamento.

JORNAL meionorte+ mais
EDIÇÃO DE FIM DE SEMANA
TEMPERATURA: Máxima: 38° Mínima: 22°
ANO XXII - Nº 9146 - TERESINA (PI), SAB/DOM, 16 E 17 DE SETEMBRO DE 2017
CAPITAL E INTERIOR: R$ 2,50 OUTROS ESTADOS: R$ 3,00

BLOQUEIO

A conta do Fundef da Prefeitura de Teresina continua bloqueada e o caso deverá ser julgado pela Justiça Federal. Mas enquanto o juízo não acontece, na semana passada, um fato novo surgiu. A prefeitura está impedida de assinar contratos com a Belazarte. A empresa é apontada em relatório de auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) como parte de contrato supostamente irregular no valor de R$ 5,1 milhões.

Coluna Opinião. Página 4

TCE realiza seminário com gestores públicos do Piauí

10 visualizações

0 0 COMPARTILHAR

Legislativo PI
Publicado em 18 de set de 2017

INSCREVER-SE 11 MIL

Gestores municipais, vereadores e servidores públicos estão participando de um seminário de qualificação no Tribunal de Contas do Estado (TCE).

TV Assembléia. 18/09/17. Link com vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=mHCK9H3sCOY

Tribunal de Contas do Estado realiza seminário de qualificação de gestores nesta semana

MAIS INFORMAÇÕES | Tweets G+

Bom Dia Piauí. TV Clube. 18/09/17. Link com vídeo: http://g1.globo.com/pi/piaui/bom-dia-piaui/videos/t/edicoes/v/tribunal-de-contas-do-estado-realiza-seminario-de-qualificacao-de-gestores-nesta-semana/6155100/

TCE-PI realiza capacitação de gestores e advogados

O Seminário contará com palestras e minicursos sobre temas da administração pública

Por Ajuspi | 18 de Setembro de 2017, 16:31

Realizado pelo TCE/PI, EGC e em parceria com diversos parceiros, dentre os quais a AJUSPI, começou hoje o XXXIV Seminário de Formação de Controladores Sociais, Treinamentos e Qualificação de Gestores.

Foto: Divulgação

O Seminário contará com palestras e minicursos sobre temas da administração pública, com o objetivo qualificar os gestores e capacitar representantes da sociedade para o exercício do controle social da gestão pública, tendo atingido a marca de quase 2 mil inscrições.

Para o Presidente da AJUSPI, Dr. Alano Dourado, "eventos como estes são de fundamental importância para qualificação de advogados e gestores, contribuindo muito para melhoria da administração pública". Para o Tesoureiro da AJUSPI, Dr. Thiago Brandim, "é muito satisfatório constatar a grande procura pelos cursos por advogados e gestores, demonstrando a vontade de cada profissional em buscar aperfeiçoamento".

Durante a solenidade, o Presidente do TCE em exercício, Conselheiro Abelardo Vilanova ressaltou a importância dos cursos como forma de melhorar a fiscalização da gestão pública. "Para fiscalizar é preciso capacitar, ter conhecimentos formais básicos além da prática do dia a dia", disse Abelardo Vilanova. O Conselheiro-substituto e diretor da Escola de Gestão e Controle, Delano Câmara, afirmou também que a educação contribui no exercício da transparência e no combate á corrupção. A Vice-Governadora, Margareth Coelho também fez uso da palavra ressaltando a grande importância do evento.

Após a abertura, a Conselheira Lílian Martins ministrou a palestra "Fortalecimento do Controle Social/Cidadania", tendo como Presidente da Mesa o Conselheiro Kleber Eulálio. A Conselheira tratou da Lei da Transparência, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Acesso à informação como ferramentas de Controle Social e ressaltou a função pedagógica do Tribunal de Contas do Estado no incentivo à participação da sociedade na gestão pública.

A programação continuou com a palestra "Responsabilização dos gestores em caso de não implantação de Políticas Públicas para crianças e adolescentes", ministrada pelo Promotor de Justiça Glécio Setúbal da Cunha e Silva, presidida pelo Dr. Alano Dourado.

Diversos Prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e advogados também prestigiaram o evento, que contou também com a presença do Dr.Carlos Henrique, membro da AJUSPI.

Os minicursos do XXXIV Seminário de Controladores Sociais acontecem a partir das 14h na Escola de Gestão e Controle (EGC) do Tribunal de Contas do Estado. O evento se estende até sexta-feira (22), as inscrições ainda podem ser feitas na própria Sede do TCE/PI.

Link: https://www.portalaz.com.br/blog/ajuspi/403443/tce-pi-realiza-capacitacao-de-gestores-e-advogados

TCE julga nesta quarta denúncia de vereadores contra Marcos Nunes

Em sua defesa, Marcos Nunes afirmou que os "Restos a Pagar" foi quitado com recursos de complementação da União creditados em janeiro de 2015, no valor de R$ 93.960,10 mil.

BÁRBARA RODRIGUES

19/09/2017 08h52 - atualizado 08h53

Compartilhe no Facebook | Compartilhe no Twitter | Compartilhe no Google+ | Enviar por E-mail | Mais opções

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) vai julgar na quarta-feira (20) uma denúncia contra o prefeito de Canto do Buriti, Marcos Nunes Chaves que foi impetrada em 2016 pelos então vereadores Átila de Moura Ribeiro, Antônio de Nogueira Silva, Francisco das Chagas Valente de Sá, José Ílio Sousa Rodrigues, Sandoval Pinheiro Cavalcante e Raimundo Amorim da Luz.

A denúncia foi referente a irregularidades na sua gestão, onde os vereadores relataram irregularidades no pagamento de folha de servidores do Fundeb inerentes à dezembro de 2014, com recursos do exercício de 2015. Destacando que pagamento de despesa pertencente ao exercício anterior foi feito sem constar na conta "Restos a Pagar".

Em sua defesa, Marcos Nunes afirmou que os "Restos a Pagar" foi quitado com recursos de complementação da União creditados em janeiro de 2015, no valor de R$ 93.960,10 mil e que obedeceu ao que determina a legislação federal e demais normas correlatas sobre o regime de competência.

Isto é, "inscreveu a folha de pagamento do Fundeb de dezembro de 2014 mencionada em relatos a pagar, registrou contabilmente a complementação da União em créditos a receber e, por fim, utilizou corretamente os créditos feitos em janeiro do ano subsequente para o seu pagamento".

Link: http://www.gp1.com.br/noticias/tce-julga-nesta-quarta-denuncia-de-vereadores-contra-marcos-nunes-421031.html

TCE vai julgar denúncia contra Joãozinho Félix por débito milionário

Em sua defesa o ex-prefeito afirmou que as "referidas alegações não passam de afirmações infundadas e inverídicas, sem qualquer comprovação legal de sua existência".

BÁRBARA RODRIGUES

18/09/2017 06h08 - atualizado 07h57

Compartilhe no Facebook | Compartilhe no Twitter | Compartilhe no Google+ | Enviar por E-mail | Mais opções

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) vai julgar na próxima terça-feira (19) uma denúncia apresentada pelo Fernando Andrade de Sousa, mais conhecido como Fernando Miranda, contra o ex-prefeito de Campo Maior, João Félix de Andrade Filho, mais conhecido como Joãozinho Félix, por débito de mais de R$ 23 milhões.

O vereador acusa o ex-prefeito Joãozinho Félix por um suposto débito de R$ 853.314,96 mil , referente à contribuição patronal, e R$ 964.316,66 mil referente à contribuição de servidores junto ao Fundo Próprio da Previdência Social de Campo Maior, totalizando uma dívida de R$ 1.817.631,62 milhão. As irregularidades teriam ocorrido entre agosto e dezembro de 2012. "Como se fosse pouco, o senhor João Félix de Andrade Filho deixou um rombo no montante de R$ 21.545.027,91 milhões com a previdência geral, à qual os servidores estavam vinculados antes da instituição do Fundo Previdenciário Próprio", disse o vereador.

Em sua defesa ao ex-prefeito afirmou que as "referidas alegações não passam de afirmações infundadas e inverídicas, sem qualquer comprovação legal de sua existência, tanto que o denunciante não se desincumbiu do seu dever de provar o que está alegando. O fato é que não há nos autos da denúncia qualquer comprovação da existência desses débitos".

Joãozinho Félix ainda alegou que a denúncia tinha cunho político e que deixou a prefeitura em dezembro de 2012, após cassação, só assumindo novamente em agosto de 2012. Destacou que quando retornou para a prefeitura precisou de um tempo para identificar a real situação financeira e que como haviam vários débitos, a alternativa foi o parcelamento do débito.

"Cumpre-nos esclarecer, ainda, que não há nenhuma vedação legal para o parcelamento de débitos entre o Fundo Previdenciário Próprio e o Município, pelo contrário, esta é uma forma de regularizar a situação financeira dificultosa por que vinha passando o Fundo, em relação à ausência de repasse das contribuições, bem como a situação do Município de inadimplência e impossibilidade financeira de quitar o débito à vista. Importante destacar que a não realização do referido parcelamento poderia implicar, para o Município de Campo Maior, irregularidade fiscal, de forma que ficaria impedido de receber transferências integrais dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM; celebrar acordos, contratos e convênios ou ajustes, bem como receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos e entidades da administração direta e indireta da União; o que iria dificultar sobremaneira a gestão seguinte, que inclusive era de oposição ao então prefeito, João Félix", disse.

Link: http://www.gp1.com.br/noticias/tce-vai-julgar-denuncia-contra-joaozinho-felix-por-debito-milionario-420796.html

TCE julga nesta semana o recurso da ex-prefeita Chirlene Araújo

No recurso ela afirmou que "não cometeu grave infração à normal legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, operacional ou patrimonial".

BÁRBARA RODRIGUES

18/09/2017 08h39 - atualizado 08h39

Compartilhe no Facebook | Compartilhe no Twitter | Compartilhe no Google+ | Enviar por E-mail | Mais opções

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) vai julgar na próxima quinta-feira (21) o Recurso de Reconsideração da ex-prefeita de Jerumenha, Chirlene de Sousa Araújo, contra decisão que reprovou a prestações das contas de governo e de gestão referente ao exercício financeiro de 2014 e aplicou multa, no valor de 1000 UFR-PI.

Para a reprovação das contas os conselheiros levaram em consideração algumas irregularidades encontradas como ausência de licitação e fragmentação de despesas, inadimplência na Eletrobras, no valor de R$ 143.777,22 mil, pagamento de contribuições previdenciárias e sociais com atrasos, gerando encargos com juros e multas e falhas no controle interno, irregularidade em despesa com pessoal do poder executivo, contabilidade e controle social, entre outras coisas.

No recurso ela afirmou que "não cometeu grave infração à normal legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, operacional ou patrimonial. Tampouco gerou qualquer prejuízo ao erário municipal. Ademais, não há nos autos, também, qualquer indício de desvio de recursos públicos ou mesmo desvio de finalidade nos seus atos de gestão. Não, há, portanto, a razão para a manutenção do julgamento pela irregularidade, motivo que enseja a reconsideração da decisão ora questionada, o que desde já se requer".

O procurador do Ministério Público de Contas, Plínio Valente, apresentou parecer no dia 30 de agosto se manifestando para que a decisão seja mantida, pois a s ex-prefeita não teria apresentado novas informações capazes de mudarem a decisão.

"Ressalte-se que as argumentações do recorrente são frágeis e evasivas, pois não apresentou nenhum fato novo, baseou-se em decisões paradigmas isoladas sem nexo causal como objeto do presente recurso de reconsideração, limitou-se a alegar genericamente que não há nexo entre as mencionadas falhas e a conduta do gestor", destacou o procurador.

Link: http://www.gp1.com.br/noticias/tce-julga-nesta-semana-o-recurso-da-ex-prefeita-chirlene-araujo-420973.html

TCE vai julgar denúncia contra Joãozinho Félix por débito milionário

Em sua defesa o ex-prefeito afirmou que as “referidas alegações não passam de afirmações infundadas e inverídicas, sem qualquer comprovação legal de sua existência".

BÁRBARA RODRIGUES

18/09/2017 06h08 - atualizado 07h57

Compartilhe no Facebook | Compartilhe no Twitter | Compartilhe no Google+ | Enviar por E-mail | Mais opções

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) vai julgar na próxima terça-feira (19) uma denúncia apresentada pelo Fernando Andrade de Sousa, mais conhecido como Fernando Miranda, contra o ex-prefeito de Campo Maior, João Félix de Andrade Filho, mais conhecido como Joãozinho Félix, por débito de mais de R$ 23 milhões.

O vereador acusa o ex-prefeito Joãozinho Félix por um suposto débito de R$ 853.314,96 mil , referente à contribuição patronal, e R$ 964.316,66 mil referente à contribuição de servidores junto ao Fundo Próprio da Previdência Social de Campo Maior, totalizando uma dívida de R$ 1.817.631,62 milhão. As irregularidades teriam ocorrido entre agosto e dezembro de 2012. “Como se fosse pouco, o senhor João Félix de Andrade Filho deixou um rombo no montante de R$ 21.545.027,91 milhões com a previdência geral, à qual os servidores estavam vinculados antes da instituição do Fundo Previdenciário Próprio”, disse o vereador.

Em sua defesa ao ex-prefeito afirmou que as “referidas alegações não passam de afirmações infundadas e inverídicas, sem qualquer comprovação legal de sua existência, tanto que o denunciante não se desincumbiu do seu dever de provar o que está alegando. O fato é que não há nos autos da denúncia qualquer comprovação da existência desses débitos”.

Joãozinho Félix ainda alegou que a denúncia tinha cunho político e que deixou a prefeitura em dezembro de 2012, após cassação, só assumindo novamente em agosto de 2012. Destacou que quando retornou para a prefeitura precisou de um tempo para identificar a real situação financeira e que como haviam vários débitos, a alternativa foi o parcelamento do débito.

“Cumpre-nos esclarecer, ainda, que não há nenhuma vedação legal para o parcelamento de débitos entre o Fundo Previdenciário Próprio e o Município, pelo contrário, esta é uma forma de regularizar a situação financeira dificultosa por que vinha passando o Fundo, em relação à ausência de repasse das contribuições, bem como a situação do Município de inadimplência e impossibilidade financeira de quitar o débito à vista. Importante destacar que a não realização do referido parcelamento poderia implicar, para o Município de Campo Maior, irregularidade fiscal, de forma que ficaria impedido de receber transferências integrais dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM; celebrar acordos, contratos e convênios ou ajustes, bem como receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos e entidades da administração direta e indireta da União; o que iria dificultar sobremaneira a gestão seguinte, que inclusive era de oposição ao então prefeito, João Félix”, disse.

Link: http://www.gp1.com.br/noticias/tce-vai-julgar-denuncia-contra-joaozinho-felix-por-debito-milionario-420796.html

DENÚNCIA

TCE-PI INVESTIGA IRREGULARIDADE EM LICITAÇÃO NA SECRETARIA DE SAÚDE

DISPUTA ENVOLVE LICITAÇÃO REALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA MÉDICA DE PICOS E HÁ SUSPEITA DE FRAUDE

17/09/2017 07:58

O Tribunal de Contas do Estado apura denúncia de fraude em processo licitatório que escolheu a empresa que será responsável pela construção do Centro de Referência Médica do município de Picos. A obra avaliada em R$ 300 milhões será executado pelo consórcio formado pelas empresas COMTÉRMICA e SAHLIAH ENGENHARIA.

A licitação foi parar no Tribunal de Contas depois que a construtora CINZEL ENGENHARIA LTDA, derrotada na licitação, denunciou irregularidades no procedimento. De acordo com a denunciante, o consórcio vencedor apresentou uma planilha com preços impraticáveis, muito abaixo de mercado para poder vencer a licitação.

O consórcio COMTÉRMICA/SAHLIAH ENGENHARIA também irá atuar em outras obras da saúde do Piauí. O grupo venceu a licitação para a construção da nova maternidade de Teresina. Nessa licitação o consórcio também foi denunciado, mas o Tribunal de Contas da União (TCU) não prosseguiu com a denúncia. Essa disputa na Justiça atrasou o início da obra avaliada em R$ 84 milhões.

A acusação fala em prejuízo ao erário. Como os preços apresentados pelas duas construtoras estão bem abaixo do mercado, no futuro a Secretaria de Saúde teria que realizar aditivos para alterar os valores gerando perdas aos cofres públicos.

O relator do processo é o conselheiro Luciano Nunes. Ele determinou aos técnicos do Tribunal apuração da denúncia e formulação de um relatório. A Secretaria de Saúde e o secretário Florentino Neto devem apresentar ainda a defesa para que o caso siga ao plenário do Tribunal. Florentino ainda não foi citado no processo.

A reportagem tentou entrar em contato com o secretário, mas não obteve retorno.

Link: https://www.politicadinamica.com/noticias/lidia-brito/tce-pi-investiga-irregularidade-em-licitacao-na-secretaria-de-saude1505646442-9370.html

APÓS MAL-ESTAR, TCE-PI DARÁ RESPOSTA A FIRMINO

PREFEITO AFIRMA QUE O TCE-PI NÃO TEM COMPETÊNCIA PARA DECIDIR SOBRE A APLICAÇÃO DO DINHEIRO DO FUNDEF, EM RESPOSTA O TRIBUNAL JÁ MARCOU JULGAMENTO

17/09/2017 07:16 - Atualizado em 17/09/2017 09:00

Prefeito contestou a competência do TCE-Pi no caso Fundef
(Foto:JailsonSoares/PoliticaDinamica.com)

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) irá decidir na sexta-feira (22) sobre a polêmica envolvendo a aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental (FUNDEF) de Teresina. O sindicato acusa o prefeito Firmino Filho (PSDB) de fazer uso irregular do dinheiro. A conta da Prefeitura de Teresina está bloqueada por ordem do Tribunal.

A decisão do Tribunal de Contas causou um mal-estar entre Firmino e o presidente da Corte, conselheiro Olavo Rebelo. O prefeito chegou a contestar a competência do TCE-PI para realizar o julgamento. Segundo o gestor, a decisão seria do Tribunal de Contas da União (TCU).

"O Tribunal de Contas da União já disse de forma clara que a competência é dele. Não se deveria mais perder tempo nisso. Eu acredito que, neste momento, o TCE deve reconhecer que não tem competência para tratar dessa questão, tendo em vista que são recursos federais", declarou o prefeito tucano.

O presidente Olavo Rebelo reagiu e em resposta o Tribunal já marcou a nova data do julgamento. Segundo ele, estaria "virando moda" questionar o TCE-PI. "Já está virando moda dizer que não cabe ao TCE julgar certas coisas. Aconteceu com a Agespisa e agora a prefeitura de Teresina. Daqui a pouco ninguém vai querer ser julgado", declarou.

A polêmica com o uso do FUNDEF não diz respeito apenas a Teresina. De acordo com levantamento do TCE-PI, 24 municípios do estado passam pela mesma situação. O relator do processo é o conselheiro Alisson Araújo.

De acordo com Alisson, o ponto central do relatório é a definição dos percentuais a serem destinados a investimentos nas escolas e ao pagamento de professores. Decisão recente do Tribunal de Contas da União (TCU) diz que os recursos do Fundef devem ser destinados em sua totalidade à educação, mas não define percentuais de aplicação em investimentos e pagamento de professores.

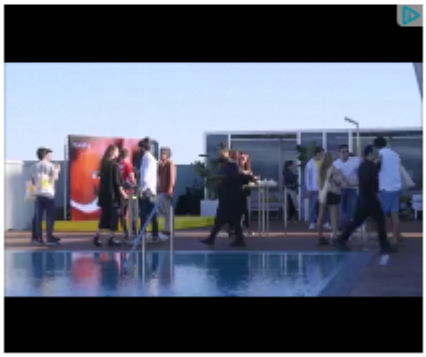
Link: https://www.politicadinamica.com/noticias/lidia-brito/apos-mal-estar-tce-pi-dara-resposta-a-firmino1505643853-9369.html

NOTÍCIAS 18/09/2017 14:40 ••• Atualizado às 18/09/2017 14:46

TCE-PI promove Seminário Formação de Controladores Sociais

A abertura do evento que segue até sexta-feira (22) ocorreu hoje.

Curtir 53 mil



O Tribunal de Contas do Estado do Piauí, através da Escola de Gestão e Controle, promoveu nesta segunda feira (18) a abertura do XXXIV Seminário de Formação de **Controladores Sociais**, Treinamentos e Qualificação de Gestores. O Seminário contará com palestras e minicursos sobre temas da administração pública, com o objetivo qualificar os gestores e capacitar representantes da sociedade para o exercício do controle social da gestão pública.

XXXIV Seminário de Formação de Controladores Sociais (Crédito: TCE)

Durante a solenidade, o Presidente do **TCE** em exercício, **Conselheiro Abelardo Vilanova** ressaltou a importância dos cursos como forma de melhorar a fiscalização da gestão pública. "Para fiscalizar é preciso capacitar, ter conhecimentos formais básicos além da prática do dia a dia", disse Abelardo Vilanova. O Conselheiro-substituto e diretor da Escola de Gestão e Controle, Delano Câmara, afirmou também que a educação contribui no exercício da transparência e no combate á corrupção.

Após a abertura, a Conselheira Lilian Martins ministrou a palestra "Fortalecimento do Controle Social/Cidadania". A Conselheira tratou da Lei da Transparência, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Acesso à informação como ferramentas de Controle Social e ressaltou a função pedagógica do Tribunal de Contas do Estado no incentivo à participação da sociedade na gestão pública.

O Prefeito de Nazária, Osvaldo Bonfim, afirma que os cursos são essenciais para a administração pública. "As leis de transparência evoluíram no país, então é preciso se esforçar para cumprir essas normas e dar um retorno à população. É um aprendizado, e acho que todo gestor precisa aprender mais", completa.

A programação continuou com a palestra "Responsabilização dos gestores em caso de não implantação de Políticas Públicas para crianças e adolescentes", ministrada pelo Promotor de Justiça Glécio Setúbal da Cunha e Silva.

Os minicursos do XXXIV **Seminário** de Controladores Sociais acontecem a partir das 14h na Escola de Gestão e Controle (EGC) do Tribunal de Contas do Estado. O evento se estende até sexta-feira (22).

Link: https://www.meionorte.com/noticias/tce-pi-promove-seminario-formacao-de-controladores-sociais-326083

EVENTO EM TERESINA · 19/09/2017 ÀS 09H29 | ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO EM 19/09/2017 ÀS 09H48

Vereadores do município de Altos participam de palestras no TCE

Compartilhar Tweet G+ 1

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE), realizou na última segunda-feira (18/09), o XXXIV Seminário de Formação de Controladores Sociais, Treinamentos e Qualificação de Gestores em Teresina.

O evento teve a presença da vice-governadora do estado, Margareth Coêlho e vereadores do município de Altos.

O seminário consta de palestras e minicursos sobre temas relacionados á administração municipal , e é destinado á prefeitos , vereadores, secretários e conselheiros municipais , contadores, advogados , servidores públicos , representantes de sindicato e outras entidades da sociedade civil.

Link: http://180graus.com/altos/vereadores-do-municipio-de-altos-participam-de-palestras-no-tce